

A Centelha

REVISTA DO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO - CIT EM PORTUGAL

N.5 JUL / AGO '16 preço 1.00 Solidariedade 2.00



BREXIT: UMA REVOLTA
CONTRA A UE P4

A GREVE DOS
ESTIVADORES P8

A LUTA DE CLASSES
EM FRANÇA P14

#TodosPorTodos

POR UMA FRENTE UNIDA
CONTRA A PRECARIEDADE



Manifestação de estivadores em Lisboa, foto José Sena Goulão (Lusa)

LUTAR PELOS TRABALHADORES

A Dívida não é dos trabalhadores, suspensão imediata do pagamento da dívida. Reembolso, mediante prova, dos pequenos aforradores e anulação dos títulos dos especuladores.

Nenhum sacrifício pelo euro. Anulação de todas as medidas de austeridade desde o 1º Plano de Estabilidade e Crescimento de 2010.

Fim do segredo comercial, temos o direito de saber para onde vai a riqueza produzida, divulgação pública de todos os livros de contas das empresas públicas e privadas.

Fim do sigilo bancário e fiscal para todas as empresas e para os ricos. Transparência total em todas as actividades financeiras e comerciais, em especial dos grandes grupos económicos. Fim dos offshores.

A riqueza da sociedade pertence a quem produz. Nacionalização, sob controlo dos trabalhadores e utentes, dos sectores chave da economia (água, energia, saúde, educação, transportes, comunicações, banca, seguros).

Não à privatização da Saúde, Educação e Segurança Social. O Estado Social pertence a quem trabalha e deve estar ao serviço do povo trabalhador. Criação de um plano de investimento público de reconstrução dos serviços públicos e de produção social e ambientalmente útil.

Aumento imediato do salário mínimo para 5€/hora tendo por base a semana de 40 horas para as grandes empresas e aumento progressivo para pequenas e médias. Aumento imediato das reformas e pensões mínimas para esse valor.

Redução da semana de trabalho para as 30 horas sem perdas salariais. Dividir o trabalho disponível pelos trabalhadores disponíveis com a elaboração de um plano de pleno emprego digno, social e ambientalmente útil.

A habitação é um direito fundamental, não pode ser um negócio. Parar todos os despejos, anulação da nova lei de arrendamento e abolição do IMI. Nacionalização das grandes empresas imobiliárias e criação de um plano de habitação digna e universal, com rendas adequadas ao nível de rendimento de cada agregado familiar.

Repor todos os cortes na Educação, dotar 10% do Orçamento para a Educação. Passe gratuito para todos os estudantes até aos 25 anos, aumento das bolsas de acção social e fim das propinas. Fim ao RJIES e a Bolonha. Apoiar a livre associação cultural, política e desportiva dos jovens através da construção de infraestruturas e espaços a nível local.

Acabar com a brutalidade policial e com o racismo institucional do sistema criminal, investir em reabilitação, formação profissional e emprego digno, não em prisões. Legalização total e direitos iguais para todos os trabalhadores imigrantes.

QUEBRAR O BIPARTIDARISMO DO CAPITAL

Por uma Frente Unida entre PCP, BE, esquerda extra-parlamentar, Sindicatos e movimentos sociais que construa pela base uma real alternativa social e política à alternância do Capital entre PS e PSD-CDS.

Por um programa Socialista que realmente responda à crise. O capitalismo não tem soluções. Por um plano económico democrático baseado nos interesses da vasta maioria e do ambiente. Defender a Democracia Socialista contra a Ditadura dos Mercados.

SOCIALISMO E INTERNACIONALISMO

O Capitalismo produz pobreza, desigualdade, destruição ambiental e guerra. Precisamos de uma luta internacional contra este sistema.

Solidariedade com as lutas dos trabalhadores e oprimidos internacionalmente – uma agressão a um é uma agressão a todos. Contra a UE dos patrões e especuladores, por uma Europa dos trabalhadores, livre e socialista.

Defender sempre uma posição independente da classe trabalhadora nos conflitos imperialistas e neocoloniais.

O QUE É O COMITÉ POR UMA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES?

O CIT é uma organização comunista internacional presente em mais de 50 países e todos os continentes.

Lutamos pelo fim da exploração capitalista que produz a miséria da maioria e a opulência da minoria, enquanto gera uma catástrofe ambiental. Queremos a planificação racional e ecológica da economia mundial sob o controlo democrático de todos os trabalhadores — o Socialismo.

Se deseja assinar A Centelha, envie o seu contacto e faça o pedido para o nosso email

socialismo-revolucionario.org
info@socialismo-revolucionario.org
socialistworld.net 96 959 02 08

**POR UMA NOVA EUROPA****Editorial**

Há um ano, perante a capitulação de Tsipras na Grécia, declaramos que o europeísmo de esquerda estava morto. Grande parte das direcções da esquerda europeia, no entanto, parece ser incapaz de enterrar esse cadáver político. Assim, no Reino Unido, a maioria dos partidos e dos sindicatos, durante o referendo que ficou conhecido como “Brexit”, defendeu um voto pela permanência na União Europeia, entretendo ilusões na possibilidade de a reformar. Isto, como todas as formas de reformismo, explica-se pela falta de confiança na classe trabalhadora. Entendendo a luta que uma saída da UE pela esquerda colocaria, essas direcções julgaram os trabalhadores incapazes de a travar e vencer. Assim se alhearam da classe trabalhadora e deixaram o campo da luta contra a UE aberto aos populistas de extrema-direita como Boris Johnson e Nigel Farage.

O Socialist Party, secção do CIT na Inglaterra e País de Gales, lado-a-lado com os sindicatos mais combativos, defendeu consequentemente uma posição de classe. Organizámos uma campanha socialista pela saída da UE. O Comité por uma Internacional dos Trabalhadores (CIT) entendeu correctamente que a classe trabalhadora — especialmente nas suas camadas avançadas — tirou preciosas conclusões da experiência grega. As ilusões na UE estão a dissipar-se, e a imprensa burguesa, receosa, faz soar o alarme. The Telegraph, conservador diário britânico, publicou recentemente sondagens que ilustram este processo.

No país membro que mais pesadamente sentiu as consequências, a Grécia, 92% da população desaprova as políticas económicas da UE. Mas mesmo em economias imperialistas mais avançadas, como o referendo no Reino Unido deixou claro, os desenvolvimentos neste sentido são inegáveis.

Os trabalhadores de todos os países compreendem com crescente nitidez os interesses que a UE verdadeiramente serve. Não há UE sem ataques aos salários e ao Estado

Social, sem desemprego crescente e crónico, sem miséria, sem guerras produzindo uma multidão de refugiados, sem terrorismo e o fortalecimento da extrema-direita chauvinista, racista e machista.

Em Portugal, foram feitas ameaças de “sanções” pelo incumprimento do limite de 3% de défice público estabelecido pelo Tratado Orçamental europeu. E se a Comissão Europeia, medindo as consequências dessa política, recuou por agora, ainda assim, a crise do Deutsche Bank não se paga sozinha. Eventualmente, Costa será pressionado a avançar com “medidas adicionais” — leia-se ataques aos trabalhadores — não tão fáceis de disfarçar. Isto colocará a preservação do governo PS, suportado pelo PCP e pelo BE, em sério risco.

“ Há que pôr um fim à velha e senil Europa do capital antes que esta ponha um fim a toda a paz. Sobre as suas ruínas será erguida uma nova Europa, socialista, unida não pelo imperialismo dos patrões mas pelo internacionalismo dos trabalhadores! ”

As direcções desses dois grandes partidos da esquerda em Portugal, que durante o período de negociações com o PS para a formação do governo cometeram os erros tantas vezes denunciados pela Centelha, terão grandes dificuldades em retirar o seu apoio ao governo sem pagar um preço elevado. No entanto, pagarão um preço ainda mais elevado caso insistam nesse apoio após a inevitável onda de “austeridade”.

O tempo passa, e o atraso das direcções partidárias, tanto em relação à situação económica como em relação à consciência da classe trabalhadora, aumenta perigosamente.

Para evitar o desastre, urge construir uma frente unida dos sindicatos e partidos de esquerda que se apresente como alternativa de governo aos dois grandes partidos da burguesia, PS e PSD. Há muito que o Socialismo Revolucionário defende esta tática, e o primeiro passo, evidentemente, é a

elaboração comum de um programa político de mobilização, organização e luta. Nesse programa, como ponto central, terá forçosamente de estar uma solução para a questão da União Europeia, i.e., uma solução para a saída.

Aqueles que pretendem “preparar”, “negociar” ou “referendar” devem saber que, numa economia crescentemente dominada pelo capital imperialista dos países mais desenvolvidos e sem moeda própria, não há saídas à inglesa. Estaremos tão preparados quanto a classe trabalhadora estiver organizada e consciente, porque apenas esta classe é capaz de o fazer, retirando das mãos dos capitalistas o comando da economia. Não podemos escamotear os problemas ou mentir a quem trabalha!

O que é necessário não é nada menos do que a nacionalização dos sectores estruturantes da economia sob controlo democrático dos trabalhadores. Nacionalização da banca e comércio externo, energia, transportes, saúde e educação. A alternativa a estas medidas será uma repetição da experiência grega, independentemente das nuances preparatórias ou referendárias que pretendem acrescentar-lhe.

Há que pôr um fim à velha e senil Europa do capital antes que esta ponha um fim a toda a paz. Sobre as suas ruínas será erguida uma nova Europa, socialista, unida não pelo imperialismo dos patrões mas pelo internacionalismo dos trabalhadores!

O SR, CIT em Portugal, apela a todos aqueles que querem lutar por essa nova Europa a juntar-se a si, a unir forças com milhares de combatentes comprometidos com o mesmo objectivo.

BREXIT: UM REFERENDO QUE ABRE NOVAS POSSIBILIDADES

Frederico Aleixo

No mês de Junho assistimos a um súfrágio muito importante no espaço da União Europeia (UE). No dia 23 de Junho, no Reino Unido, os cidadãos foram chamados a decidir sobre a saída ou a permanência do país nas instituições europeias. Importa destrinçar as forças políticas envolvidas neste referendo e fazer-lhes corresponder os interesses de classe que verdadeiramente defendem. Só assim conseguiremos analisar a realidade actual e aplicar um programa correcto. Estamos diante de um novo e importante momento no combate contra a Europa da austeridade.

A UNIÃO EUROPEIA DEFENDE OU ATACA OS TRABALHADORES?

No ano de 1946, o termo “Estados Unidos da Europa” já era utilizado por Winston Churchill para definir a idealização de um projecto com cunho federalista que unisse os países europeus numa única formação política. Curiosa, mas compreensivelmente, ele não incluía o Reino Unido nesse futuro unitário. A burguesia inglesa assentava os seus interesses sobretudo nas relações económicas mantidas com os Estados Unidos da América e com os membros da Commonwealth. A entrada do Reino Unido na UE deu-se apenas em 1973, na altura Comunidade Económica Europeia (CEE). A adesão deu-se num contexto de uma crise capitalista derivada da sobreprodução que resulta num fenómeno de estagflação na década de 1970. Perante a necessidade de

maximizar a taxa de lucro das grandes empresas e atacar os direitos dos trabalhadores no processo, e face ao comportamento económico dos países integrantes da CEE, o primeiro-ministro conservador Edward Heath concretiza a entrada nessa confederação, que mais não era – e é – do que um órgão integrador e zelador dos interesses das maiores potências capitalistas europeias. Não quer isto dizer que não subsistam contradições entre as burguesias dos vários países-membros. A própria permanência do Reino Unido na UE tem sido alimentada pelas constantes exigências materializadas em restrições e cláusulas de exclusão relativamente a vários tratados europeus. Recentemente assistimos a mais um exemplo, com o acordo negociado por Cameron com a Comissão Europeia e o Conselho Europeu no sentido de colocar condições à permanência do seu país. Mas a concorrência entre os vários grupos económicos e financeiros europeus não exclui de todo o interesse comum na acumulação de capital, na obtenção de lucros e na concentração de riqueza feitos à base do empobrecimento e da ofensiva sobre os direitos dos trabalhadores.

Mesmo assim, grande parte dos activistas e políticos que advogam a permanência apoia-se no modelo social europeu para justificá-la. A verdade é que a Carta Social Europeia não tem protegido os trabalhadores britânicos nem os trabalhadores de países como Portugal, especialmente afectados pelas políticas draconianas da Troika. Na verdade, este documento não tem impedido os representantes políticos do Reino Unido de adoptarem medidas que penalizam a classe

trabalhadora. Dos contratos zero horas, e baixos salários, até à flexibilidade laboral, passando pelo ataque perpetrado por toda a comunidade europeia contra os contratos colectivos de trabalho e as organizações sindicais para servir os interesses do grande capital. A resistência e as pequenas vitórias conquistadas durante este período não se deveram a qualquer directiva europeia, mas sim à luta e resistência das organizações dos trabalhadores.

QUEM DEFENDE E QUEM SE OPÕE AO BREXIT

O referendo sobre o Brexit foi lançado pelo governo de Cameron antes da sua negociação com os líderes da União Europeia por um estatuto especial para o Reino Unido. A sua intenção nunca foi sair do clube capitalista dos 28 estados-membros, mas sim parar a subida eleitoral do UKIP e, especialmente, garantir melhores condições negociais junto da Comissão Europeia e do Conselho Europeu para conseguir os seus objectivos. Estes assentam em mudanças que reforcem uma posição especial em relação aos restantes países. Contudo, como seria de esperar, nenhuma destas alterações beneficia e protege os trabalhadores das políticas europeias austeritárias. Ao mesmo tempo que alcançava emendas em futuros tratados que salvaguardam o Reino Unido de iniciativas federalistas, conseguia ainda cortes em apoios sociais para os filhos dos imigrantes e uma interrupção de emergência em apoios sociais concedidos a trabalhadores por um período de 7 anos. Por aqui se vê que a UE não protege quem vive do seu salário. Os governos britânicos ao serviço do capital financeiro aplicam as regras que lhes permitem uma maior taxa de exploração e recuam face às restantes. Querem o melhor de dois mundos e o pior deles para a classe trabalhadora. Temos assim uma ala do partido conservador representante de uma parte significativa do capital transnacional que pretende manter este estatuto de excepção. Todavia, dentro do mesmo partido, existe uma divisão fruto do eurocepticismo de boa parte das suas bases como é possível comprovar pelo apoio do ex-Lord Chancellor e ministro da justiça, Michael Gove, ao Brex-

it. Por outro lado, Corbyn, o líder do partido trabalhista que sempre se manifestou pela saída da UE, decidiu apoiar o voto na permanência. Como foi referido anteriormente, a Carta Social Europeia não impediu os sucessivos ataques aos trabalhadores. O próprio Corbyn tem noção que o programa pelo qual foi eleito e que inclui, por exemplo, nacionalizações de sectores da economia, acabaria sempre por esbarrar nas directivas europeias. Houve, portanto, uma cedência perante a pressão da facção New Labour, herdeira do legado blairista, que preenche ainda boa parte do aparelho partidário.

Do outro lado da barricada, além da mencionada ala euroceptica dos Tories, tivemos o UKIP, partido nacionalista que faz uso do Brexit para promover a sua agenda racista e xenófoba. Este serve-se da demagogia para conseguir atrair sectores da pequena-burguesia, além das massas descontentes com as políticas neoliberais que emanam da UE. A saída da União Europeia defendida por este partido não é a mesma saída defendida pelo Socialist Party (secção inglesa do CIT) e pela coligação de sindicatos e partidos do TUSC (coligação sindicalista e socialista). Uma saída pela esquerda é uma saída internacionalista porque representa um “não” a esta UE das grandes corporações e ao seu projecto de sociedade assente em baixos salários, precariedade e desemprego. É um “não” a uma UE fortaleza que nega um tratamento digno aos refugiados e imigran-

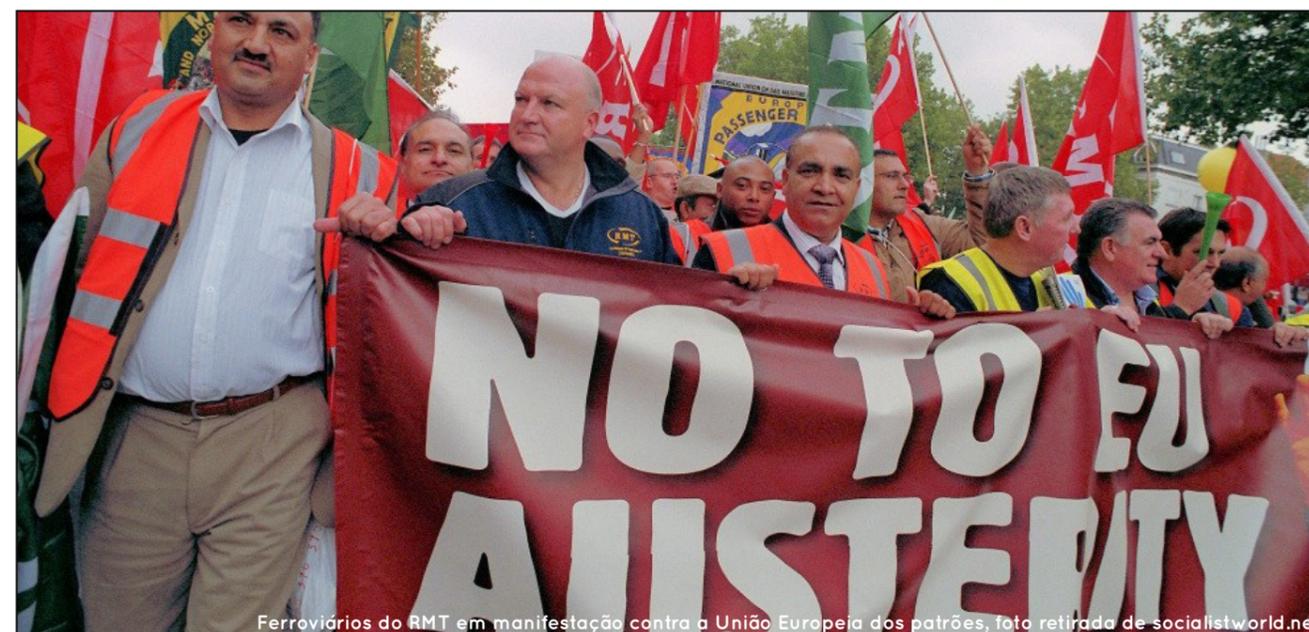
tes que procuram fugir à guerra, às catástrofes ambientais e ao saque imperialista dos seus países de origem.

UMA SAÍDA PELA ESQUERDA

As consequências a longo prazo de um Brexit ainda são inesperadas. Decerto que o capital tentará de todas as formas garantir uma saída que não coloque em causa os seus interesses. Por agora, a libra derrapou em relação ao Euro e ao Dólar e as bolsas mundiais acusaram a saída. Mas é difícil impedir que novas condições sejam criadas para uma mudança na correlação de forças. O partido conservador e o partido trabalhista deparam-se com cenários internos divisionistas e instáveis. O primeiro-ministro David Cameron demitiu-se e foi substituído no governo por Theresa May. Por seu lado, o Labour de fronta-se com uma luta aberta entre Jeremy Corbyn de um lado e Owen Smith e Angela Eagle da ala blairista. Certo é que Nigel Farage (UKIP) saiu de cena e Boris Johnson (Tories) terá um papel secundário na pasta Brexit. Estas demissões de responsabilidade são explicadas pelo facto do capital britânico beneficiar mais da sua manutenção na UE do que da saída. O referendo fora lançado por tacticismo de Cameron, que esperava consolidar a sua liderança contra a oposição interna e ganhar mais concessões da UE. Mas o resultado não foi o esperado. Os conflitos inter-imperialistas não deixam

espaço para o surgimento de mais um bloco. Mesmo dentro da Commonwealth, o Reino Unido servia de porta de entrada ao capital indiano, por exemplo, que tem na União Europeia um dos seus maiores parceiros. Assim sendo, restam duas saídas à classe dominante: 1) revogar o resultado do referendo; 2) ganhar tempo para uma negociação que minimize os efeitos de uma saída da comunidade europeia. Esta última hipótese pode culminar num acordo semelhante àquele que une economicamente a União Europeia e a Noruega.

Do lado dos trabalhadores, perante o cenário de instabilidade política, novas oportunidades surgirão para os partidos e restantes organizações que representem os seus interesses. A saída preconizada pelos partidos e sindicatos socialistas não pretende um isolamento do país. Pretende, isso sim, um país com melhores condições para todos os trabalhadores nativos e imigrantes e uma sociedade qualitativamente nova. O internacionalismo socialista não se compadece com estruturas supra-estaduais feitas à medida dos anseios do capital financeiro. Pretendemos, isso sim, uma supressão desta UE para erigir, sobre os seus escombros, uma outra união entre os países europeus assente num projecto socialista. O Brexit — e saídas dos restantes estados-membros —, é apenas um dos momentos constitutivos do processo para atingi-lo.



Ferrovários do RMT em manifestação contra a União Europeia dos patrões, foto retirada de socialistworld.net

“OU ESTAMOS TODOS OU CAÍMOS TODOS!”

— ENTREVISTA A SÉRGIO SOUSA DA DIRECÇÃO DO SETC —



O SETC – Sindicato dos Estivadores, Trabalhadores de Tráfego e Conferentes Marítimos do Centro e Sul de Portugal, integrado numa associação internacional de sindicatos — o International Dockworkers Council (IDC) —, combate a precariedade nos únicos portos de Portugal — Lisboa e Figueira da Foz — onde os patrões não foram capazes de esmagar a organização dos trabalhadores e extinguir a contratação colectiva. Para a classe trabalhadora do país, esta luta é uma das mais importantes actualmente. Em primeiro lugar, porque os estivadores, pela função que desempenham, podem golpear duramente os capitalistas onde estes sentem dor: nos seus lucros. Em segundo lugar, porque esta luta faz tremer toda a direita (incluindo o PS), e qualquer vitória dos estivadores tem potencial para estilhaçar a paz social sobre a qual se equilibra habilmente o governo trapezista de Costa.

A Centelha entrevistou Sérgio Sousa, estivador do porto de Lisboa e membro da direcção do SETC, para dar a conhecer aos seus leitores os princípios da organização.

A Centelha: Primeiro, Sérgio, podes dizer-nos como começaste a trabalhar no porto?

Sérgio Sousa: Eu trabalhava como aprendiz numa gráfica. Um tio meu, estivador, disse-me que iam abrir vagas e que devia inscrever-me. Na altura eram as ETT [Empresas de Trabalho Temporário] que contratavam. A ETP [Empresa de Trabalho Portuário] pedia trabalhadores às ETT's e distribuía-os pelas empresas de estiva do porto. Então não éramos contratados directamente pela ETP, éramos contratados pela ETT. Esse sistema, tal como o SETC sempre denunciou,

foi considerado ilegal, e a ETP teve que começar a contratar directamente.

AC: Como te juntaste ao sindicato?

SS: Quando finalmente assinamos contrato sem termo, sindicalizamo-nos imediatamente. É uma decisão natural para todos os estivadores. Mas os trabalhadores eventuais ainda não podem. Recordo-me do caso que houve em Setúbal em que, no momento em que se sindicalizaram trabalhadores eventuais, os patrões simplesmente nunca mais os chamaram! Porque eles, todos os dias, eram contratados e despedidos. Às vezes eram contratados a um turno e ao segundo turno já não tinham trabalho. Mas estamos a aprovar uma alteração aos estatutos para que os eventuais se possam sindicalizar.

AC: Já conhecias o sindicato?

SS: O sindicato sempre teve plénários e contacto com a massa laboral. Eu sempre sempre fui estando atento. O próprio processo de admissão foi uma luta. Quase todos os processos de luta que tivemos não foram por questões salariais. Não somos aumentados desde 2010. Os confrontos dos últimos 10 anos foram para conseguir a admissão do pessoal eventual nos quadros da ETP com contratos sem termo, para terem condições iguais às nossas.

AC: Todos os trabalhadores com contrato participam?

SS: Todos, até mesmo eventuais. Há anos atrás foi um bocado vedada a participação deles nos plénários, mas as coisas mudaram. Começou a haver uma massa de trabalhadores mais nova que compreendeu que vinha dali. Para ter pessoas que se integrem no colectivo é importante que as vás envolvendo para compreenderem o ambiente onde estão e a importância do sindicato.

AC: Como são tomadas as decisões?

SS: Em plenário ou assembleia. O último acordo foi assinado pelo sindicato, mas no dia seguinte, de manhã, rectificámo-lo em

assembleia. O nosso consultor jurídico respondeu às dúvidas, as questões foram colocadas, houve discussão e foi tudo ratificado. Mas podia ter sido chumbado.

AC: A greve era impossível sem fundo de solidariedade. Podes explicar-nos como funciona o fundo?

SS: Há duas coisas distintas. Há o fundo de greve, que passa de geração em geração, para o qual nós mensalmente descontamos. Podíamos estar a pagar um automóvel ou outra coisa qualquer, mas apostamos nisso. Daí também a nossa percentagem de desconto sindical ser um bocado acima da média. É 4% do nosso salário base. Precisamos do fundo para nos precavermos de situações como esta em que entramos agora. E depois há outra coisa que é o fundo de solidariedade que tivemos para ajudar os trabalhadores eventuais dispensados em Novembro. Foi o auxílio que decidimos prestar aos nossos companheiros, para não caírem num precipício. Resolvemos sustentá-los. Serão os próximos efectivos, não é? Isto é um investimento do sindicato, que somos todos nós. E as decisões são ratificadas em plénários ou assembleias. O tipo de fundos, os valores, por quanto tempo, etc.

AC: Os estivadores de Lisboa são alvo de uma campanha de difamação. Podes explicar porquê?

SS: Somos retratados como sacanas. Mas os verdadeiros sacanas culpam os outros enquanto escondem as sacanices no Panamá! Podíamos ser enfermeiros, podíamos ser trabalhadores do metro, podíamos ser de qualquer sítio. No nosso caso, estamos num sector estratégico da economia nacional. Sabemos os players — como eles dizem — que estão contra nós, sabemos com quem é que isto mexe. O mesmo tipo que controla os portos, controla os media. Os grupos são exactamente os mesmos! Se ao início me preocupava? Preocupava. Agora desvalorizo porque sei como as coisas são, sei que todas as palavras que saem são milimétrica-

mente planeadas.

AC: Como é que combatem isso?

SS: Há uma campanha nos média e há outro tipo de campanha nas redes sociais, e aí nós temos um papel muito importante. Tivemos quase uma profissionalização a nível de acção de média e redes sociais de há três anos para cá. Se estamos limitados aos 15 segundos que a televisão nos dá, temos que virar a campanha para outro lado. E há o ponto de viragem quando o Bruno Bobone, da Pinto Basto, vem dizer que recebemos 5000 euros. Eles disparam números porque pega, se não houver contraditório. Atacam nos media e nós estávamos em pontos específicos da cidade a distribuir informação. Quando tens um estivador à porta do metro a distribuir panfletos, a dizer “Está aqui a verdade! Se eu ganhasse 5000 euros não vinha aqui às sete da manhã distribuir panfletos!”, aí as pessoas dizem “Espera lá, o quê que se passa aqui?”. O importante é abrir o sector. O nosso era uma portazinha fechada onde ninguém entrava. E quando comesas a abrir, mostras o que és. É que problema não está tanto nos que ganham 1500, está em todos os que ganham 500 e deviam ganhar muito mais! Não é a profissão, é a falta de dignidade! É essa falha que eu acho que há em qualquer sector de actividade neste momento, neste país. Felizmente, tenho corrido a Europa. Aqui dizem que nós não gostamos de trabalhar — bem, o Centeno [ministro das finanças] já veio dizer que trabalhamos bem e até somos baratinhos, não é? Eles contradizem-se! Nós estamos, nos portos, trinta anos atrás do resto da Europa a nível de equipamento. Quando digo o que nós aqui fazemos no dia-a-dia, eles chamam-nos malucos.

AC: O SETC é membro do IDC e pudemos ver representantes da organização internacional na manifestação de dia 16 de Junho. Podes falar-nos um pouco da história do IDC?

SS: O IDC formou-se a partir do processo do despedimento colectivo que se deu no porto de Liverpool e no qual os estivadores foram muito pouco apoiados pelas estruturas sindicais a que pertenciam — neste caso, a ITF [International Transport Workers’

Federation], central sindical que abrange todos os sectores dos transportes. Sentindo a falta de apoio, formou-se o IDC em 2000, uma organização de base dos estivadores. É constituída por trabalhadores, aquilo que nós chamamos os rank and file. Trabalha em moldes completamente diferentes da ITF, não há sindicalismo de carreira nem de cadeia. Posso dar o exemplo do coordenador geral, o Jordi. O tipo de sindicalismo praticado é o seguinte: o Jordi esteve em Lisboa, participou no Ministério do Mar nas negociações do acordo de 27 de Maio e, no dia seguinte, às 8 da manhã estava no cais, no porto de Barcelona onde trabalha. Sai dum sítio, vai para o outro. Tem 90 mil estivadores sob sua responsabilidade, com trinta e poucos anos!

AC: O funcionamento é semelhante ao do SETC?

SS: Tem um funcionamento semelhante, sim. Mas no último ano e meio teve uma adesão de mais de 30 mil associados. Agora, o debate que está a haver é que mesmo o coordenador geral está a ficar arredado da base. Fizemos um grupo de trabalho — 12 ou 13 pessoas — que se reúne quase bimestralmente. Queremos libertar um pouco o coordenador da pressão de ter de estar constantemente em decisões importantes — estamos a criar alguma autonomia. Ele já não precisa de se deslocar sempre, porque isso também desgasta muito, física e pessoalmente. Estamos numa fase em que temos que ter o cuidado de não nos tornarmos uma mini ITF. É bom crescer, mas com os pés assentes na terra.

AC: Como é que o SETC se juntou ao IDC?

SS: Esteve na preparação da sua criação mas, por questões de timings eleitorais não esteve no momento da sua fundação em Tenerife, aderiu formalmente poucos meses depois.

AC: Na manifestação ouviu-se que “hoje vencemos uma batalha, mas amanhã continua a guerra!”. Quais são os próximos objectivos?

SS: O próximo objectivo é fazer alterações aos estatutos para integrar os eventuais também e para alcançar um âmbito nacional.

E no meio deste processo todo também há um processo eleitoral — o nosso mandato acabou em Março e os sócios decidiram estrategicamente não fazer eleições a meio da negociação conflituosa do contrato.

AC: A ideia então, é passar o sindicato nacional e ir conquistando os portos?

SS: Exacto! Mostrar aos outros trabalhadores que têm apoio. Mesmo os que noutros portos pensam como nós estão maniatados, neste momento não têm onde se apoiar.

AC: Fora de Lisboa só há eventuais?

SS: O sector portuário é curioso nesse aspecto. É tão diferente de porto para porto que certos trabalhadores efectivos são mais precários e têm condições laborais mais degradantes que certos eventuais.

AC: Vocês têm mobilizado muita solidariedade. Na manifestação estiveram mais alguns sindicatos, estudantes, organizações LGBTQ, partidos e outros grupos. Tens algumas palavras para os trabalhadores e jovens leitores d’A Centelha?

SS: Nunca pensem que não podem fazer a diferença. A conjugação de várias pessoas alinhadas na mesma ideia faz toda a diferença — em qualquer sector de actividade. Um sindicato não são os que estão à frente. Um sindicato só consegue ter força com as pessoas envolvidas colectivamente, só funciona quando as pessoas, com a sua acção e participação, definem o rumo da organização. E também cabe aos dirigentes sindicais fazer ver às pessoas que elas é que são importantes na tomada de decisão. É muito importante haver transparência, coisa que faz falta ao sindicalismo. Transparência perante a massa associativa! Tem que haver a coragem de dizer às pessoas assim: “Isto vai ser difícil, podemos ganhar ou podemos perder, mas uma coisa é certa, nós vamos partir para esta luta porque é justa! É nestes pontos que nos revemos, e é assim, ou estamos todos ou caímos todos!”

AC: Sérgio, muito obrigado por esta entrevista! Como costumam dizer os estivadores internacionalmente, “You’ll never walk alone!”



Manifestação de estivadores contra a precariedade em Lisboa, foto de Guilhotina.info

Gonçalo Romeiro

A GREVE DOS ESTIVADORES E O “EMPATE QUE DEU PARA PASSAR”

Pelo menos desde o início dos anos 1990 que os patrões dos portos portugueses querem destruir o trabalho de estiva profissional e com direitos, substituindo-o por trabalhadores eventuais, precários e com baixos salários. Em 1993 o trabalho precário foi introduzido no porto de Leixões, os salários caíram dois terços, não foi contratado um único estivador efectivo até hoje, tendo os acidentes de trabalho aumentado. O mesmo tipo de esquemas foi introduzido em todos os principais portos nacionais, sem que se assistisse a um processo de luta sério, “os estivadores mais velhos venderam os mais novos” e todos perderam. Lisboa foi diferente.

O combate contra a precariedade dos estivadores do porto de Lisboa, organizados no SETC – Sindicato dos Estivadores, Trabalhadores de Tráfego e Conferentes Marítimos do Centro e Sul de Portugal, tem sido exemplar. Há anos que o SETC luta, com sucesso, pela integração dos trabalhadores eventuais no seu Acordo Colectivo. Ao mesmo tempo que arranca da precariedade deze-

nas de trabalhadores, reforça igualmente a força do próprio sindicato e da sua organização de base. Por isto, merecem o ódio do patronato e dos seus lacaios nos media.

Já em 2014, depois de 2 anos de intensa luta, os estivadores forçaram os operadores portuários a assinar um acordo colectivo que integraria todos os trabalhadores precários, acabando igualmente com a Porlis, empresa criada para introduzir trabalho precário e desqualificado, com salários médios de 600€, e cujo objectivo era levar à falência a AETPL, detida pelos mesmos patrões, que emprega os estivadores profissionais e com direitos, com um salário médio de 1600€.

Nunca aceitando o acordo, os patrões tentaram quebrar a força dos estivadores, e fizeram-no criando um sindicato fictício para os dividir, ao mesmo tempo que acumulavam, desde o final de 2015, salários em atraso, isto apesar dos quatro primeiros meses de 2016 terem sido os melhores de sempre para os portos portugueses. Os estivadores não podiam aceitar esta situação.

A 14 de Novembro de 2015 os estivadores entraram de novo em greve, queriam que o acordo fosse cumprido, isto é, que os trabalhadores precários trabalhassem nas mesmas condições que eles próprios, sendo contratos pela AETPL e extinguindo a Por-

lis. Recusaram-se a trabalhar turnos-extra, pois o limite anual já tinha sido ultrapassado, o que significava, por exemplo, que turnos de 16 horas e até 24 eram comuns, e avisaram que parariam completamente o trabalho se os patrões insistissem em colocar trabalhadores precários.

Os meses seguintes foram de intensa luta. Os patrões, por um lado, usavam o seu controlo dos media para lançar sobre os estivadores a mais vil campanha de difamação, tentando isolá-los ao máximo, por outro, colocavam sistematicamente alguns trabalhadores precários, que sendo insuficientes para operar o porto, accionavam o pré-aviso de greve, paralisando totalmente o porto, i.e., impunham um lockout para poderem acusar o SETC de estar a destruir a economia nacional.

Os estivadores contaram com a força do seu sindicato, com a solidariedade do International Dockworkers Council (IDC) que organiza estivadores em todo o mundo, e com a abertura que sempre tiveram aos movimentos sociais e laboral em Portugal, procurando construir solidariedades numa luta comum contra a precariedade. A 27 de Maio de 2016 conseguiram forçar os patrões a ceder. Estes recuaram com a ameaça de despedimento colectivo e comprometeram-

se a negociar um novo acordo colectivo no prazo de 15 dias. A greve terminou, mas os estivadores mantiveram a manifestação que tinham convocado para o dia 16 de Junho sob o lema “Precariedade, nem para os estivadores, nem para ninguém!”.

Esta prova de solidariedade permitiu que outros sectores precarizados saíssem, juntos, à rua. No dia 16 vimos estudantes, trabalhadores de call-center, do handling, pessoas LGBT e outros movimentos combativos a marchar ao lado dos estivadores, esta é uma unidade que precisa de ser construída.

No dia 28 de Junho é finalmente assinado o novo acordo colectivo. Em troca de uma revisão da tabela salarial que reduz o salário mínimo para 850€, conseguem a integração de 49 trabalhadores eventuais e os 15 do quadro da Porlis (que assim é “desactivada”) no prazo de 2 anos, com os primeiros 23 a serem integrados na AETPL nos próximos 6 meses. “Um empate que dá para passar” como afirmou o presidente do Sindicato, António Mariano.

COMO FOI POSSÍVEL ESTE RESULTADO

Num contexto em que uma crescente parte dos trabalhadores está sujeita a uma situação em que trabalhos sem contrato são intercalados com o desemprego e, portanto, em que a precariedade se estende a todos os sectores sem que a esquerda e o movimento sindical como um todo seja capaz de o impedir, como conseguiu o SETC este resultado? É uma pergunta que merece uma resposta completa. Neste artigo, só podemos responder parcialmente, mas pensamos ser possível elencar os aspectos chave que levaram a esta conclusão atípica no momento actual.

Em primeiro lugar, o sector portuário e a sua posição estratégica para a fase actual de desenvolvimento capitalista. Com a conquista do mercado mundial e a divisão internacional do trabalho, a circulação de mercadorias ganhou uma importância sem precedentes, parando os portos não se pára apenas a circulação de produtos de consumo, pára-se sectores inteiros. Esta posição ganha especial relevo em países como Portugal, que servem de porto de entrada e saída

para o mercado europeu. Podemos concluir daqui algo de suma importância: a centralidade para a luta anticapitalista da posição concreta de cada classe e cada sector de classe no sistema produtivo vigente.

Mas para que esse potencial se realize, e aqui está a lição crucial a reter, são indispensáveis as formas de organização do SETC. O sindicato tem 100% de filiação, uma actividade de base intensa com plenários deliberativos regulares, trazendo para a luta todos os seus associados. Desenvolve uma clara estratégia de combate à precariedade, pois sabe que só conseguirá continuar a defender direitos se todos os tiverem. Para poderem levar avante acções fortes os estivadores de Lisboa constroem, desde há décadas, um Fundo de Greve para garantir o sustento quando os patrões deixam de pagar os salários durante a greve. Mas, para além disto, constroem ainda um Fundo de Solidariedade que serve para apoiar trabalhadores despedidos ao longo dos processos de luta, os trabalhadores precários e as suas famílias. O internacionalismo proletário é igualmente defendido, estando o SETC integrado no IDC, que mobiliza uma solidariedade activa, fazendo com que cada batalha determinante para os estivadores de um porto seja levada ao plano internacional, bloqueando de forma efectiva a circulação de mercadorias.

BUROCRACIA, DIVISÃO E ISOLAMENTO DAS LUTAS, OBSTÁCULOS A ULTRAPASSAR

Com a queda da URSS e a crise capitalista, o sindicalismo que se construiu à sombra do pacto-social do pós-Guerra entrou igualmente em crise. Hoje em dia a esmagadora maioria dos sindicatos funciona com base num pequeno quadro de profissionais, fechado na sede, que serve mais como um serviço de aconselhamento jurídico do que como instrumento de acção colectiva, que se mobilizam quando “têm de mostrar trabalho” ou para cumprir calendário. Esta forma de organização desligada dos locais de trabalho, rotineira, que não consegue pensar estrategicamente o movimento laboral como um todo, isola os trabalhadores e as suas lutas, afasta-os da construção dessas

mesmas lutas, criando uma divisão que está a destruir o movimento sindical. Os trabalhadores perguntam o que anda a fazer o seu sindicato, porque pouco o conhecem. Os activistas sindicais queixam-se do desinteresse dos trabalhadores. Desenvolvem-se, assim, preconceitos mútuos.

Durante todos os meses de luta dos estivadores, os principais líderes sindicais e da esquerda limitaram-se, sob o olhar atento das suas bases, a declarações formais de solidariedade. A acção de dia 16 de Junho ficou isolada. Enviaram, contudo, pequenas delegações. Deputados do BE e do PCP, presentes na manifestação, discursaram contra a precariedade, reafirmando as propostas para a revogação da nova Lei Portuária, que legaliza a precariedade nos portos. No entanto, essas propostas, na ausência de uma mobilização de massas, foram chumbadas, sem cerimónias, pelos partidos dos patrões dos portos. Uma maior mobilização era necessária, e possível, se a esquerda tivesse participado, com todas as suas ferramentas, nessa mobilização.

UMA FRENTE UNIDA CONTRA A PRECARIEDADE

No dia da manifestação contra a precariedade, escrevemos: “Hoje toda a esquerda, movimento sindical e movimentos sociais colocam, pelo menos formalmente, no topo das suas prioridades a luta contra a precariedade. No entanto, hoje, são raras as acções de rua, é rara a mobilização nos locais de trabalho e de estudo. Porquê? (...) “Precariedade para ninguém!” devia ser o slogan de uma forte campanha unitária, uma frente de todos os trabalhadores e jovens. Um processo que tem de partir da base, de cada local de trabalho, de estudo e de habitação. Construindo uma mensagem clara e reivindicações fortes, tem de quebrar o isolamento. O parlamento não pode ser o cemitério das nossas lutas, onde cada uma das reivindicações chave são chumbadas sistematicamente. O parlamento deve ser uma plataforma de mobilização e denúncia para as lutas fora dele, para as nossas lutas.”

REFORÇAMOS AGORA ESSE DESAFIO.

A polémica atual da educação em Portugal é, especificamente, sobre como os gastos do Estado relativos à educação são geridos entre o público e o privado, e enquadra-se no panorama geral da luta pelo direito à educação.

A educação é um direito fundamental. Qualquer política que crie dificuldades ou impossibilite o acesso à educação aos que têm menos rendimentos, tende a criar um ensino para os ricos e outro para os mais pobres. O subfinanciamento do ensino público agrava este elitismo. Então, inserida numa lógica de cortes às despesas do Estado, levanta-se a questão: qual a razão de se manterem contratos com os privados, perante o corte à Escola Pública?

Para uma análise da presente situação, é necessário entender, em primeiro lugar, a história do sistema educativo nacional e como foi formada a necessidade de criar estes contratos com o privado.

SURGIMENTO DOS ENSINOS PRIVADO E PÚBLICO

No século XIII é fundada a Universidade de Coimbra, para educar a classe dominante do feudalismo da época. Após o surgimento da imprensa, no século XV, os primeiros estabelecimentos de ensino para a restante população em Portugal são fundados pelos jesuítas, durante os séculos XVI e XVII. Estes formaram as primeiras bases do ensino primário e, tal como a universidade, tinham um caráter estritamente religioso. No século XVIII, o aumento da diversificação de parceiros comerciais e das relações comerciais internacionais exigia um aumento do conhecimento e estudo de ciências e línguas por parte da burguesia mercantil. São então criados estabelecimentos de ensino secundário para os jovens aristocratas, sendo o primeiro chamado “O Colégio dos Nobres”.

Apesar das reformas efetuadas ao longo dos anos, tanto a nível dos ensinos primário, secundário e universitário como a nível da criação de impostos, a aposta da classe dominante na educação não chega para educar as massas. Por exemplo, a constituição de 1822 reconhece o direito à educação, mas na prática não foi implementado. Após a instauração da república portuguesa, em

Luis Sombreiro e Tomás Nunes

Outubro de 1910, é imposta a proibição do ensino da doutrina cristã nas escolas primárias e secundárias. O analfabetismo da população é da ordem dos 70% e existem no país apenas cerca de 5200 escolas. Durante o fascismo, a escolaridade obrigatória começa a ser aplicada na prática, e existe uma tentativa de continuar a política de eliminação do analfabetismo iniciado na 1ª República e sendo reintroduzida a religião cristã em todas as escolas primárias. No entanto, o restante sistema educativo público é atacado, principalmente o secundário e universitário, com foco dado à fomentação do ensino comercial/agrícola. As diferenças de classe aumentam. É nestas condições, em que as instituições públicas de ensino se encontram fracas e massacradas e em que muitas instituições privadas têm por base um ensino acoplado com a doutrina religiosa, que após a revolução de 74-75 começa um esforço para tornar a educação gratuita para todos. No entanto, o parque educacional público não é suficiente para as reais necessidades da população.

OS QUE SÃO OS CONTRATOS DE ASSOCIAÇÃO?

Nos anos 80, o Decreto Lei nº 553/80 estabeleceu os contratos de associação com Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo, com o intuito de assegurar o direito à Educação gratuita e universal, devido à parca oferta em certas zonas do país. Isto ocorreu numa conjuntura política que não considerava a expropriação como uma opção, então esta foi a solução encontrada, uma solução que se queria temporária para não alimentar negócios privados. Assim, o Estado passou a financiar um certo número de turmas do ensino privado, garantindo que os alunos frequentassem a escola na sua área de residência.

PORQUE QUE É QUE AINDA HÁ

CONTRATOS DE ASSOCIAÇÃO

COMO OS PRIVADOS ROUBAM OS TRABALHADORES

Mário Nogueira discursou perante milhares de pessoas. Foto Inácio Rosa, Lusa



ESSES CONTRATOS?

Há já muito tempo que os contratos de associação deixaram de ser parte da solução, tornando-se um problema. O Estado financia escolas privadas, que muitas vezes funcionam a poucos metros de distância da rede pública. Este problema tinha de ser resolvido com urgência, visto que o desvio das verbas para as escolas privadas estava a estrangular a escola pública. Era necessário parar de financiar grupos privados e começar a investir na rede pública, muitas vezes não utilizada na sua máxima capacidade. Curiosamente em 2013, o Governo PàF, através de Nuno Crato, assinou acordos com escolas privadas quando havia escolas públicas na mesma zona de influência a sofrer por falta de financiamento.

QUEM USUFRUI DOS CONTRATOS, QUE ZONAS, QUANTOS ALUNOS?

Este ano os contratos de associação custarão cerca de 139 milhões de euros ao Estado. O Estado disponibilizou 80.500 euros por turma, sendo que há 1.731 turmas dependentes dos contratos, perfazendo 45 mil alunos. A zona centro e norte do país

são as que totalizam mais turmas em regime de contrato de associação. Um dos maiores grupos privados de educação, o Grupo GPS, recebia anualmente 22 milhões de euros, sendo um dos vários grupos que beneficiam deste sistema parasitário. Um dado muito interessante revela que apenas 9% das turmas em colégios que usufruem destes contratos não depende do Estado.

QUANTO CUSTA UMA TURMA DO PRIVADO E UMA DO PÚBLICO?

Um dos argumentos da direita rentista e dos grupos de ensino privado é que sai mais barato ao Estado financiar turmas privadas. Falso. Na verdade o Estado paga “mais” por turma pública devido ao ensino alternativo e sobretudo devido a turmas compostas por adultos, algo que o ensino privado não disponibiliza tanto. Mas no que toca às turmas básicas (de ensino regular, sem necessidades educativas adicionais) o Estado paga muito menos (70.256€) em comparação com as escolas privadas, que recebem 85.288€ do Estado por turma, uma diferença enorme que revela como as escolas privadas são beneficiadas pelo Estado.

Em média, o ensino privado recebe por

turma mais 6550€ do que o ensino público. Se levamos em conta que são cerca de duas mil as turmas financiadas por contratos de associação, o Estado perde no total mais de 13 milhões de euros, por ano, com este negócio.

A questão do ensino para alunos com necessidades adicionais merece a nossa atenção, sendo que as escolas privadas podem recusar a matrícula destes alunos, de forma a reduzir os gastos das verbas auferidas através dos contratos. Há escolas públicas que têm ao seu abrigo cerca de 100 alunos com necessidades educativas adicionais enquanto há colégios com contratos de associação que não têm nenhum.

O Estado para além de financiar serviços privados, não garante o igual acesso para todos, muitas vezes empurrando os maiores custos e responsabilidades para escolas públicas que não estão preparadas, que não têm professores suficientes, que não têm psicólogos e outros funcionários que contribuem para uma educação de qualidade. É importante não esquecer que estes contratos eram celebrados enquanto se despediam milhares de professores e se desinvestia no ensino especial, apertando o garrote da educação pública.

AGORA O QUE VAI ACONTECER?

Com a revisão dos contratos de associação, a direita conservadora não perdeu tempo em falar do despedimento massivo de professores e usar a insegurança dos pais. No entanto, de acordo com o Ministério da Educação, esses professores poderão concorrer aos concursos públicos, visto que os alunos não desaparecerão e será necessário colmatar a falta de professores na escola pública. Para que tal aconteça será necessário investir mais na educação pública, não basta cortar no financiamento privado e investir o dinheiro poupado, é preciso contratar mais professores. Os alunos serão transferidos para as escolas públicas apenas no final do ciclo que frequentam atualmente e nos casos em

que exista oferta pública. Para que esta luta siga um rumo reivindicativo, é necessário lutar para que não haja nem um professor sem emprego, é essencial abrir mais turmas e criar turmas com menos alunos. Não basta investir os 13 milhões de euros poupados nos contratos.

A justificação da direita conservadora passa também por outros argumentos, como manter o ensino de qualidade no privado e a liberdade de escolha dos percursos profissionais e da escola. No entanto, políticas neste sentido não podem ser adotadas em detrimento do acesso à educação por todos. Esta não é uma liberdade para as famílias, mas sim para algumas escolas, que podem escolher ficar com os melhores alunos e os alunos de meios sociais mais favorecidos, o que conduz a maior elitismo e desigualdade. Trata-se de uma justificação enquadrada na visão neoliberal e mercantilista da educação. A classificação dos estudantes é cada vez mais associada à ideia da qualidade intrínseca de cada um para poder estudar ao invés de resultar de oportunidades e qualidade de ensino, empurrando os mais pobres para a via profissionalizante que os prepara rapidamente para serem força de trabalho barata.

As políticas educativas devem basear-se nas necessidades de toda a população. É necessário ter os próprios organismos educativos a pensar sobre o assunto. Isso inclui tanto alunos e professores como as famílias. É necessário que as associações de estudantes e docentes e os sindicatos tenham poder na organização das próprias instituições. Existe, atualmente, a tendência contrária. É preciso trazer democracia às escolas, através da criação de comités locais em defesa da escola pública, juntando estudantes e trabalhadores na mesma luta.

Atualmente, financiar o ensino privado (muitas vezes não laico), não é uma tática para gestão de espaços escolares e não se insere numa lógica de financiamento da educação nacional. Alimenta sim uma lógica elitista e que vai contra o igual acesso à educação por todos. É necessário criar mobilização entre os estudantes e os trabalhadores para pressionar uma aposta na educação pública, para que se garanta a universalidade no acesso à educação.

A LUTA DE CLASSES EM FRANÇA EM 2016

Pedro Viegas

A mobilização contra o projeto de reforma do código do trabalho começou há mais de quatro meses. Foi a luta de massas mais longa, em torno de um só assunto, de que há memória em França. Mas este movimento de massas não surgiu do nada. O ano de 2015 foi marcado por um aumento das lutas e das greves locais e sectoriais, quer contra a austeridade, quer contra a crescente agressividade da burguesia nos locais de trabalho: os despedimentos, as condições precárias, as diminuições de salários e a arrogância dos patrões. Pautou-se também pelo crescimento do sentimento de cólera face à desigualdade, guerra e opressões, a um governo sempre ao serviço dos mais ricos. O crescimento da mobilização dos trabalhadores para a luta foi interrompido pelos horríveis atentados de novembro em Paris e pela política repressiva do estado de urgência. Mas tratou-se apenas de uma pausa. Os sindicatos mais combativos rapidamente mostraram que não deixariam que fossem proibidos os direitos de manifestação e de greve e, no início de 2016, as lutas e as greves retomaram o passo.

CONTRA A “LEI TRABALHO” E O SEU MUNDO

A apresentação do projeto de “lei do trabalho” foi a gota d’água que fez transbordar o copo. Trata-se de uma lei que inverte a hierarquia das normas laborais: um acordo local de empresa passa a sobrepor-se a um acordo de ramo de atividade e este passa a sobrepor-se ao código geral do trabalho, mesmo que estes acordos sejam mais desfavoráveis aos trabalhadores, o que na prática significará piores condições para todos os trabalhadores.

Tais alterações têm efeitos nos pedidos de férias ou de interrupção do trabalho; nos salários; no horário de trabalho, que pode chegar a 12h diárias e a 60h semanais; no tempo de repouso durante o dia, que passa a

um mínimo de 20min, e entre dias de trabalho; no pagamento de horas extraordinárias. Para além disto, esta lei facilita os despedimentos, quer por motivos económicos, quer por motivos disciplinares; permite que as negociações de acordos laborais de empresa passem por cima dos sindicatos e sejam feitas por referendo, pressionando cada trabalhador individualmente; reforça a posição dos grandes patrões nos tribunais laborais.

É, portanto, uma lei que ataca o cerne das nossas condições de vida e que defende os interesses da classe capitalista. Promete aos jovens uma vida de precariedade e insegurança e ordena aos trabalhadores que se calem e aceitem o aumento da sua exploração. É uma lei feita à medida de uma burguesia em crise, cada vez mais prepotente, e que há muito tempo se queixa de não ter em França as mesmas condições para a exploração que existem noutros países europeus. Compreende-se então que a apresentação desta lei tenha despoletado a revolta de largas camadas da população e tenha feito convergir as várias lutas locais numa única luta nacional em confronto direto com o governo de Hollande e Valls e com o Medef (associação dos grandes patrões).

Apesar de, segundo as sondagens, 70% da população em França se opor a esta lei, a adesão ao movimento contra a lei está longe de ser maioritária, com um total de cerca de 2 milhões de pessoas envolvidas em greves e manifestações, num país com uma população ativa de 30 milhões. No entanto, a combatividade dos trabalhadores em luta não deixa de impressionar. Os sectores mais avançados da classe trabalhadora perceberam que esta lei não é emendável nem negociável. Rasgar esta lei e almejar concessões do governo só será possível mostrando o poder da classe trabalhadora de parar toda a atividade, através da greve! Entenderam também que esta greve toma um carácter político, de rejeição deste governo e sua política e que não se trata de lutar só por medidas económicas mas que a relação de forças nos próximos anos depende do desfecho desta luta: se a lei passar, o próximo gover-

no sentir-se-á à vontade para mais ataques à classe trabalhadora e as relações de poder em cada empresa e na sociedade poderão pender ainda mais em favor do patronato; se a greve ganhar, será a burguesia a temer, será o governo quem terá atenção em não provocar a revolta de quem trabalha e os trabalhadores e as suas organizações poderão mesmo passar à ofensiva. A resistência contra “a lei trabalho e o seu mundo” abriu um novo capítulo na luta de classes, numa situação de crise ideológica e de rejeição do sistema no seu todo.

O governo conseguiu forçar a passagem da lei na Assembleia Nacional (AN), mesmo contra a maioria dos deputados. Assim sendo, a tática agora passará por impedir a aplicação desta lei em cada local de trabalho e em mostrar que a resposta dos trabalhadores ainda agora começou. A próxima manifestação foi marcada pela intersindical para 15 de Setembro.

O PAPEL DOS JOVENS E DOS SINDICATOS NO INÍCIO DA MOBILIZAÇÃO

As principais direcções sindicais nacionais, que em 2015 se recusaram a mobilizar a nível nacional contra a “lei Macron” e pediram emendas à lei, desta vez foram forçadas pelas suas bases a apelar à greve e à manifestação a nível nacional e ao recuo da lei. Os jovens, estudantes de liceus ou universidades, compreendendo que esta lei ataca as suas famílias e o seu futuro como trabalhadores, foram os mais rápidos a passar à ação e organizaram as primeiras manifestações, fortemente reprimidas pela polícia, pressionando os trabalhadores a juntar-se ao movimento, o que obrigou os sindicatos a convocar e mobilizar determinadamente para manifestações e greves mais cedo do que as suas direcções esperavam.

Os sindicatos, com destaque para a CGT, passaram a ser o centro de decisão desta luta: neles se decide o apelo à manifestação, à greve, ao piquete e a assembleias gerais. Ao mesmo tempo, as suas direcções têm

mostrado ser pressionáveis pelas bases e não ter controlo sobre o movimento.

Apesar do papel impulsionador dos jovens, o que a burguesia e o seu governo mais temem é a capacidade dos trabalhadores de parar a produção e a distribuição. O primeiro mês de mobilização mostrou que uma manifestação, mesmo com greve, um dia a cada duas semanas, não seria suficiente para fazer recuar o governo. Passou a haver a compreensão que só a greve geral reconduzível será capaz de vitórias. Com a ajuda da radicalização e da extensão da luta trazida pelo fenómeno da Nuit Debout, no final de abril os delegados do congresso da CGT conseguiram impor à sua direcção um apelo a que as greves sejam reconduzidas até ao recuo da lei.

CONSTRUIR A GREVE GERAL!

A adesão à greve não foi geral, mas foram muitos os apelos à greve nos vários sectores e alguns, como os cantoneiros, os estivadores, os trabalhadores das refinarias e dos transportes, avançaram para a greve reconduzível. A greve não consiste só em não trabalhar, mas em bloquear tudo: pretende-se que a greve seja total! No entanto, ao movimento faltou discussão coletiva da luta e de coordenação de ações, para convencer um número maior de trabalhadores que este é o momento de avançar. Faltou também a indicação por parte das direcções sindicais de uma data clara para o início da greve geral.

Para que a classe trabalhadora saísse vencedora desta luta, teria sido necessária uma multiplicação das assembleias gerais em cada local de trabalho, liceu, faculdade e nas praças como fez a Nuit Debout, para propor a sequência a dar à mobilização, para que

nos pudessemos coordenar para amplificar as greves, com bloqueios, piquetes e a formação de comités democráticos de greve e de luta. Assim construir-se-ia a greve geral até ao fim, até à paralisação desta lei e deste governo.

A FALTA DE ALTERNATIVA POLÍTICA

Este movimento de massas dos trabalhadores e dos jovens conseguiu que o governo recue nalguns pontos da “lei trabalho” que não alteram a sua substância, que o governo desse contrapartidas aos jovens para tentar compensar o conteúdo dessa lei e que uma maioria na AN se opusesse à lei. Isto é indicativo de que a greve é o caminho a seguir, mas é preciso mais.

Do lado do governo e do seu partido, o PS, não é mostrada qualquer alternativa face aos anseios dos trabalhadores e dos jovens. A única resposta que tem para dar é a repressão policial e a utilização de mecanismos constitucionais antidemocráticos para que a lei passe sem a aprovação da AN. Esta é uma amostra da crise política da classe dirigente e da falência dos partidos da ex-social-democracia.

Do lado da oposição de direita, quer a tradicional, quer a FN, esta está de acordo com o conteúdo da “lei trabalho” e para se distinguir do governo resta-lhe apelar a uma maior repressão policial contra os manifestantes e as Nuit Debout, apesar de 65% dos simpatizantes da FN dizerem apoiar a mobilização contra a “lei trabalho”.

À esquerda do governo, não é vista nenhuma alternativa política consistente, a uma escala de massas, capaz de servir de voz aos trabalhadores e aos jovens. O antigo partido de massas, o PCF, continua a pretender um entendimento com o PS, ou com sectores

dele, até às eleições de 2017, e move-se a reboque da luta, sendo visto como estando muito distante do movimento atual onde participam muitos dos seus militantes.

UMA FERRAMENTA PARA OS TRABALHADORES E OS JOVENS

A questão de quem controla a sociedade está presente, mas ainda não está respondida, o que em si mesmo levanta a questão da construção de uma força política de massas. A nossa classe e a juventude têm falta de uma organização que os represente, de uma alternativa política que se contraponha aos governos da burguesia, mas têm também falta de ideias e de perspectivas políticas. É necessário um partido de massas, amplo, que inclua todos os que têm participado de forma unitária neste movimento de massas contra a “lei trabalho”, o seu governo e o seu sistema, que dê uma voz política aos trabalhadores e aos jovens, que conteste o poder político e que seja uma ferramenta nas suas mãos para a ação e para a sua emancipação.

A Gauche Révolutionnaire, secção do Comité por uma Internacional dos Trabalhadores em França, que participou junto das massas em todas as etapas deste movimento, participaria num tal partido, contribuindo para a sua construção com ideias socialistas revolucionárias e com as análises e perspectivas marxistas necessárias para pôr fim ao capitalismo, o sistema em que a procura de lucro obriga a ataques da burguesia como a “lei trabalho”.

Para isso, é necessário retomar a palavra de ordem do socialismo, uma sociedade onde toda a atividade é democraticamente planificada por todos para satisfazer as suas necessidades.



O movimento Nuit Debout “Noites de Pé” apoia a Greve Geral contra a nova Lei Laboral, foto retirada do blog concessionnaireprecarie.org

A NATUREZA DO ESTADO E A IRREFORMÁVEL UNIÃO EUROPEIA

— ENTREVISTA A PAUL MURPHY DEPUTADO IRLANDÊS —

Paul Murphy é militante do Socialist Party da Irlanda, foi eleito pela Aliança Anti-Austeridade para o parlamento irlandês e esteve como convidado, no passado mês de Junho, na Convenção do Bloco de Esquerda.

A Centelha: Paul, foste reeleito deputado do parlamento irlandês. Consideras existir espaço, actualmente, para práticas e ideias socialistas na política institucional?

Paul Murphy: Vivemos desde 2007/08 uma crise global capitalista. Este período foi antecedido por décadas de neo-liberalismo — uma era de triunfalismo ideológico, económico e político do capitalismo. A tese central era a do “fim da história”, proclamada por Francis Fukuyama. Na realidade, imaginou-se o fim da luta de classes e em particular da possibilidade do socialismo. Uma consequência da crise económica foi a profunda crise política e ideológica. Em Espanha, Grécia e Irlanda os partidos históricos do sistema foram reduzidos a menos de 50% dos votos. Também se viram movimentos de massas, desde as greves gerais e ocupações de praças que levaram o Syriza ao poder na Grécia, até ao movimento dos Indignados que deu origem ao Podemos em Espanha.

E isto já não está confinado à periferia europeia. É visto nos EUA com Sanders e na Grã-Bretanha com Jeremy Corbyn. O que estes movimentos expressam é a busca por uma alternativa ao neo-liberalismo. É nesse contexto que ideias socialistas são mais relevantes que nunca — representam a alternativa real que colocaria o poder económico e político nas mãos dos 99%. Os factores decisivos para popularizar ideias socialistas são os movimentos de massas de base e com o envolvimento de socialistas. Contudo, os socialistas eleitos representantes podem ser uma voz crucial para a classe trabalhadora, uma plataforma para ideias socialistas, e ter um papel importante no desenvolvimento



Paul Murphy no dia da sua tomada de posse, foto de Aidan Crowley-The Irish Times

de um movimento de trabalhadores amplo. Na recente batalha contra as taxas da água na Irlanda, por exemplo, ter deputados foi uma parte vital da popularização do movimento de massas de boicote ao pagamento, essencial para forçar a suspensão das taxas da água.

AC: Qual a importância de estar num partido revolucionário para o teu trabalho como socialista?

PM: É essencial. A experiência do Syriza é extremamente instrutiva. O que vimos na Grécia é um laboratório para a capacidade que o reformismo tem de resistir à decadência das instituições capitalistas, representadas pela troika e providenciar políticas anti-austeritárias. O reformismo falhou miseravelmente — com a capitulação de Tsipras após o heróico Oxi (Não) do povo grego, seguido de capitulações cada vez mais vergonhosas — desde a aceitação de um acordo nojento para reenviar refugiados de volta para a Turquia até à aplicação do maior programa de privatizações da história da crise.

Também é instrutivo sobre o modelo de organização da esquerda radical. Na esquerda do Syriza, houve alguns, como Lapavistas e Lafazanis, que anteciparam a impossibilidade de combinar políticas anti-austeridade com a permanência na moeda Euro. No entanto, tal como Tsipras falhou na preparação da luta contra a troika, a Plataforma de Esquerda falhou em preparar a luta contra Tsipras. O resultado foi que Tsipras e a liderança do Syriza foram capazes de os dominar.

Apenas um pequeno número de deputados votou contra a austeridade. A desorientação e a desmoralização instalaram-se.

Enquanto que o falhanço de Tsipras é ilustrativo da impossibilidade do reformismo na periferia da Eurozona, o falhanço da Plataforma de Esquerda demonstra a necessidade de um partido revolucionário. Faltou um agrupamento organizado e coerente, que não estivesse aprisionado dentro das paredes do parlamento ou das estruturas do Syriza, mas ligado às lutas e atitudes dos trabalhadores. Faltaram quadros políticos ligados às lutas e capazes de pensamento marxista independente — e um processo democrático de discussão e decisão. Faltou uma perspectiva que não limitasse a luta a uma ruptura com a Eurozona, mas visse a ruptura com o capitalismo como um objectivo concretamente colocado pela luta contra a austeridade. Em resumo, faltou um partido revolucionário que podia ter funcionado como pólo alternativo à traição de Tsipras.

AC: O “Grexit” e o “Brexit” têm trazido a debate questões como a natureza da UE, a natureza das possíveis saídas da UE. Na tua opinião, a UE é reformável?

PM: Aqueles que tentam defender a UE a partir duma perspectiva de esquerda deviam olhar para a UE real em oposição à “Europa social” da propaganda. A UE real é um colecte de força neo-liberal. Reparem na experiência do Syriza, no papel do BCE nos golpes bancários em Itália e na Grécia, no papel da Comissão Europeia, mais avidamente neo-liberal do que o próprio FMI

dentro da Troika!

Qualquer governo de esquerda que tente implementar um programa anti-austeridade entrará em confronto directo com a Comissão Europeia. Terá de quebrar com as leis da fiscalidade para reverter as medidas de austeridade e resolver os problemas da classe trabalhadora. Será alvo de sanções por parte da Comissão Europeia, podendo perder o voto no Conselho Europeu. É simplesmente impossível reformar a UE. Temos de construir a luta comum da classe trabalhadora lutar contra os ditames da UE assim como contra os governos de direita. É através dessa luta e ruptura com a UE que uma Europa muito diferente, uma Europa socialista e democrática, dos milhões e não dos milionários, será construída.

AC: A natureza do Estado ainda é motivo de debate na esquerda. Há quem defenda que, com Estado Social, entre outras coisas, o Estado já não é essencialmente um instrumento de dominação de classe. Mas neste momento estás à espera de ir a tribunal...

PM: Durante o momento mais forte do movimento contra o pagamento da água, em Novembro de 2014, pouco depois de ter sido eleito para o parlamento por causa do meu envolvimento na campanha de boicote, Joan Burton, líder do partido trabalhista, visitou uma comunidade de classe trabalhadora chamada Jobstown. Houve um protesto espontâneo e revoltoso com mais de 700 moradores, no qual eu participei. Sentámo-nos no chão, fizemos uma marcha lenta e o carro de Joan Burton ficou retido em Jobstown durante duas horas e meia. Um grande dispositivo policial estava presente.

Em Fevereiro de 2015, num dia de manhã tocaram à minha companhia e 6 polícias prenderam-me sob a acusação de “false imprisonment” de Joan Burton. Em agosto de 2015 fomos formalmente acusados. Agora esperamos ir a tribunal em Abril do próximo ano. A sentença máxima é prisão perpétua. Penso que isto expõe o papel repressivo do Estado na defesa dos 1% mais ricos.

AC: A ameaça de governos de extrema-direita tem assustado muitos. Como é possível combater a extrema-direita?

PM: Ceder mais espaço à extrema-direita só lhes dá mais confiança e empurra o debate ainda mais para a direita. O governo de Hollande na França é exemplo disso. Com a retórica anti-imigrantes islamofóbica tenta contrariar a ameaça da Frente Nacional, mas apenas os ajuda. Portanto, é essencial uma posição intransigente de defesa dos direitos dos migrantes em oposição às políticas assassinas da Europa Fortaleza.

Uma razão crucial do crescimento da extrema-direita é o abandono das comunidades de classe trabalhadora por parte dos partidos da ex-social-democracia. A extrema-direita preencheu um vazio, estabeleceu ligação com a alienação e os problemas reais que essas comunidades enfrentam — desemprego, problema da habitação e serviços públicos degradados. A forma de combater a extrema-direita é através de partidos de esquerda de massas e trabalhadores que respondam a estes problemas reais e identifiquem os verdadeiros culpados — a classe dominante e o sistema capitalista. Onde essa esquerda se desenvolver, não elimina a extrema-direita necessariamente, mas limita o seu potencial de crescimento.

AC: O movimento contra o pagamento da água tem captado muita atenção. É seguro afirmar que se encontram à beira duma vitória?

PM: No último ano e meio tivemos o primeiro movimento de massas contra austeridade, na Irlanda. Trata-se de um novo imposto denominado cobrança da água, que é o princípio dum processo de privatização da água. Foi a questão que fez explodir toda a raiva acumulada — protestos com 100 mil pessoas, organização local e, o mais importante, um boicote ao pagamento por mais de 50% da população. A cobrança da água foi suspensa durante um ano enquanto uma comissão de especialistas investiga o assunto, resultado desse movimento e da eleição de um governo extremamente frágil, minoritário e de direita.

Se o movimento se mantiver forte, é claro que qualquer tentativa futura de re-introduzir a cobrança também pode ser derrotada. Todavia, a suspensão das taxas também é vista como uma vitória parcial. É uma hu-

milhação completa para o “establishment”. Abriu caminho para uma maior confiança da classe trabalhadora na derrota deste governo. O resultado é visível numa série de pequenas, mas importantes, vitórias nos últimos 2 meses. Estas pequenas vitórias são uma novidade para todos nós e apontam para como obter vitórias mesmo que sem poder governativo, ao mesmo tempo que politizam de forma geral pela esquerda, preparando-se terreno para o aparecimento de um novo partido dos trabalhadores que possa disputar o poder político com um programa socialista.

AC: Existe algo que eles não queiram privatizar? Ainda existe espaço para concessões significativas por parte da democracia burguesa?

PM: Querem privatizar tudo! Na Irlanda, o governo acabou de negociar um processo de privatização da infraestrutura de banda larga nas zonas rurais. Como sempre, o público acarreta os riscos e o privado fica com os lucros. Este ímpeto insaciável de privatizações é parte central do neo-liberalismo — garante lucros fáceis para alguns capitalistas com bons contactos e retira a responsabilidade ao sector público de providenciar serviços públicos, o que significa mais benefícios fiscais para as grandes empresas. O espaço para concessões significativas está extremamente estrangulado. As regras da UE são usadas para levar avante a liberalização. No entanto, onde lutas com impacto são levadas a cabo, concessões podem ser conquistadas. Há uns anos atrás, o governo irlandês tentou privatizar a área florestal e foram forçados a recuar, por exemplo. Mas isso requer uma abordagem mobilizadora e combativa. A única forma de tornar essas conquistas permanentes é acabar com o reinado dos privatizadores através da eleição de governos de esquerda com políticas socialistas.

AC: Uma última pergunta, há algum livro, artigo, que aches actual e que queiras recomendar?

PM: Para aqueles que querem ver a realidade em vez do mito da UE, há um excelente e curto livro chamado “Corporate Europe”, de David Cronin, jornalista irlandês.

A Centelha

REVISTA DO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO - CIT EM PORTUGAL

N.5 JUL / AGO '16 preço 1.00 Solidariedade 2.00

Mural contra a Fundação na FCSH em Lisboa, foto retirada da página do movimento #NãoVaiTerFundação



(a) Fundação e liquidação do Ensino Superior que conquistámos

João Reberti

A Universidade Nova de Lisboa (UNL) é o mais recente troféu da trupe privatizadora que nos (des) governa. Num processo que remonta à legislatura do PS no ano 2007, a UNL juntar-se-á em 2017 ao ISCTE, FEP e UA como exemplos do modelo fundacional no ensino superior. Com a esfarrapada desculpa de “maior independência”, os conselhos gerais das diferentes faculdades da UNL, com excepção da FCT, votaram a favor de um processo preconizado pelo RJIES (Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior) que, em última instância, representa a privatização do ensino superior. A partir do próximo ano os alunos perdem representatividade nos órgãos de faculdade e ganham um conselho de curadores proposto pelo reitor e ratificado pelo governo. Este conselho de curadores é a instância mais alta

de todo o meio universitário. Dos alunos, o governo e a direcção da universidade esperam a conformação e a resignação. Trata-se da conclusão do processo de des-democratização gradual do ensino superior, responsável por fenómenos como a despolitização e a maior incidência e prevalência das “praxes”.

A este ataque à democracia de forma imediata, junta-se a entrada de capitais privados com direito a assento no conselho geral da faculdade. A universidade fica, assim, refém dos interesses privados, pois o Estado abnegou-se da sua responsabilidade constitucional de financiar o Ensino Superior.

Não foi, apesar de tudo, uma imposição sem reacção. Nas diferentes faculdades da UNL registaram-se focos de resistência, realizaram-se debates, concentrações, manifestações e fez-se campanha contra esta torpe ofensiva. No entanto, o movimento

estudantil encontra-se adormecido, reflexo da luta de classes actual e das direcções das AEs serem maioritariamente de direita, e a campanha de contra-informação não se fez esperar.

Todavia, é justo dizer que os mais afectados serão os próximos docentes e não-docentes a ingressar na UNL, estes passam a não estar protegidos pelo direito público e ficam expostos a uma ainda maior precariedade. Espera-se uma degradação do currículo académico quer pela deterioração das condições laborais como pela imiscuidade do capital privado que ditará o que será ensinado e como será ensinado, preparando-se assim as próximas pessoas para a engrenagem que é o mercado laboral.

Os estudantes não podem baixar os braços! Sabemos para onde nos querem levar e sabemos também o que é correcto. Lutemos pelo ensino universal e gratuito para todos e todas nós!